PROJETO DE LEI No., DE 2007
(Da Deputada Solange Amaral)

Altera a Lei No. 9.514, de 20 de novembro de 1997, que “Dispõe sobre o Sistema de Financiamento Imobiliário, institui a alienação fiduciária de coisa imóvel e dá outras providências”, para impedir que os idosos de baixa renda sejam discriminados na contratação de seguro habitacional incidente sobre a aquisição da casa própria.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. O art. 5º. da Lei No. 9.514, de 20 de novembro de 1997, que “Dispõe sobre o Sistema de Financiamento Imobiliário, institui a alienação fiduciária de coisa imóvel e dá outras providências” passa a vigorar com a seguinte alteração:

Art. 5º.

V – fixação do cálculo atuarial das apólices do seguro habitacional incidente sobre o valor da prestação a ser paga por contratantes idosos de baixa renda com base no valor médio pago pelo universo conformado por contratantes do SFI.

Justificação

A expansão da população idosa é um fenômeno mundial que incide, também, em relação a esse universo de cidadãos no Brasil.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE -, entre 1991 e 2000 esse contingente habitacional saltou de 10,7 milhões de pessoas para 14,5 milhões, o que implicou um crescimento nominal de 4 milhões de pessoas.

Fenômeno que, em virtude dos avanços da ciência, e mais especificamente da engenharia médica, prosseguirá ao longo dos próximos anos, resultando no aumento da população de idosos, tanto em números absolutos como relativos.

Antecipando-se a essa realidade, o Legislador preocupou-se em salvaguardar essa população, ao elaborar, votar e aprovar a Lei No. 10.471, de 1º. de outubro de 2003 – o Estatuto do Idoso.

Entre seus inúmeros objetivos, o Estatuto do Idoso estabeleceu, em seu capítulo referente à questão habitacional, que as pessoas com idade igual ou superior a 60 anos têm direito a uma cota de unidades habitacionais para atender suas necessidades de moradia.

Esse segmento, no entanto, quando se caracteriza como de baixa renda, enfrenta graves obstáculos para ter acesso a linhas de financiamento para a aquisição de casa própria.

Dificuldades decorrentes da violenta majoração do prêmio do seguro, em virtude da sistemática do cálculo atuarial da apólice, que penaliza as pessoas idosas de baixa renda, tornando inviável o financiamento.

Impõe-se, pois, encaminhar uma solução capaz de proporcionar à população de idosos de baixa renda condições para terem acesso ao Sistema de Financiamento Imobiliário – SFI, por intermédio da modernização da Lei No. 9.514, de 20 de novembro de 1997.

Com tal objetivo, submeto ao discernimento e sensibilidade dos meus nobres Pares o presente Projeto de Lei, que propõe a fixação, no âmbito do SFI, do cálculo atuarial das apólices do seguro habitacional incidente sobre o valor das prestações a serem pagas por contratantes idosos de baixa renda com base no valor médio pago pelo universo conformado por contratantes do Sistema de Financiamento Imobiliário.

Providência que, adotada por esta Casa, terá largo alcance social, na medida em que garantirá a esses cidadãos um benefício que garantirá facilidade para que tenham acesso a um bem primordial da cidadania: a casa própria.

Sala das Sessões, em de abril de 2007.

**Deputa Solange Amaral.
DEM / RJ**